



RESOLUÇÃO

OUTRA POLÍTICA É POSSÍVEL E NECESSÁRIA!

As políticas protagonizadas pelos sucessivos governos, nas últimas três décadas, foram responsáveis pelo declínio e ruína dos sectores produtivos (indústria, agricultura, pescas), pela quebra da produção e do consumo, pela alienação de sectores estratégicos e esbanjamento de recursos públicos, para favorecer o capital económico e financeiro.

Os trabalhadores são as principais vítimas. O aumento da exploração, aliado à imposição de políticas recessivas, tiveram como consequências o aumento do desemprego e da precariedade, cortes brutais nos salários da Administração Pública e do sector empresarial do Estado, a redução do poder de compra da generalidade dos trabalhadores e dos pensionistas, o agravamento das condições de trabalho, redução de direitos laborais e sociais, bem como o boicote à contratação colectiva.

A acção do Governo do PSD-CDS/PP prossegue e acentua a política de direita, em articulação com o grande patronato, aprofunda a crise, com contornos novos, constituindo um verdadeiro acerto de contas com os direitos, liberdades e garantias alcançados com o 25 de Abril. O Programa do Governo, cujas medidas integram, completam e aprofundam o Memorando de Entendimento com a *troika*, assim como a própria acção governativa, constituem instrumentos internos da política neoliberal que, para satisfazer as exigências dos grupos económicos e financeiros, impõem cada vez mais sacrifícios aos trabalhadores e à generalidade da população, acentuando as fortes desigualdades existentes.

As medidas de austeridade são desastrosas, não resolvem a crise da dívida, nem nenhum dos problemas com que o país está confrontado, antes os agravam, fazendo o país mergulhar na recessão económica. São medidas agravadas por actos de vergonhosa e humilhante submissão das instituições nacionais ao FMI, UE e BCE e a grandes potências europeias, que provocam um ainda maior empobrecimento dos trabalhadores e ameaçam, com graves perigos de mutilação, a soberania nacional e o regime democrático.

Está, assim, em marcha, uma profunda transformação do Estado e das suas funções nas esferas social e económica. Estamos perante um processo comandado pelas forças do capital que visa apropriar-se do Estado e dos seus recursos, à custa da diminuição das funções sociais e do ataque aos direitos dos trabalhadores e dos pensionistas.

É preciso parar o programa de agressão aos trabalhadores.

A CGTP-IN e os seus sindicatos, os milhares de activistas e dirigentes sindicais, têm assumido um papel determinante na definição, mobilização e condução de inúmeras e poderosas lutas a nível das empresas, dos sectores, das regiões e no plano nacional, em que têm participado de forma determinada, centenas e centenas de milhar de trabalhadores contra as políticas de desastre nacional e contra a actuação exploradora e repressiva de grande parte do patronato, agindo em defesa dos seus direitos sociais, que são também pilares estruturantes da democracia. Não fosse a luta de resistência dos trabalhadores, factor decisivo para conter a ofensiva antilaboral, a situação seria hoje muito mais grave, aos variados níveis.

Face ao contexto actual, os Delegados ao XII Congresso da CGTP-IN consideram que uma estratégia sindical de classe, assente no reforço da organização sindical de base, articulada com uma resposta de luta de massas é, agora, ainda mais necessária. Nesse sentido, assumem:

- ◆ Intensificar o esclarecimento e a mobilização para a luta contra o “acordo” de agressão aos trabalhadores, que tem como objectivo desregular as relações de trabalho com os despedimentos mais fáceis e baratos, a diminuição da protecção no desemprego, a redução dos dias de férias e feriados, a flexibilização dos horários, acompanhada da eliminação do descanso compensatório, a redução do valor pago pela prestação do trabalho extraordinário e o ataque à contratação colectiva;
- ◆ Defender o direito à contratação colectiva, enquanto direito fundamental e inalienável dos trabalhadores; dinamizar a negociação colectiva como instrumento de luta colectiva e como fonte de garantia e aumento dos direitos dos trabalhadores;
- ◆ Intensificar a acção reivindicativa nos locais de trabalho, promovendo o esclarecimento, debate, participação e mobilização dos trabalhadores e multiplicando as lutas de forma a concretizar as suas reivindicações e efectivar os seus direitos, a partir dos locais de trabalho, tendo por base os objectivos constantes da Carta Reivindicativa de Todos os Trabalhadores, aprovada neste XII Congresso;
- ◆ Apoiar e saudar a luta de todos os trabalhadores de todas as empresas e sectores de actividade, em particular as greves convocadas pelos trabalhadores das empresas de transportes, SOFLUSA (30/01); EMEF (01/02); SOFLUSA, TRANSTEJO, CARRIS, METROPOLITANO LISBOA, STCP, REFER, CP E CP-CARGA (02-02);
- ◆ Uma forte e determinada acção de mobilização dos trabalhadores, dos jovens, desempregados e reformados e de todos os que estão a ser atingidos pela política do Governo PSD/CDS, para a **Grande Manifestação Nacional de 11 de Fevereiro**, em Lisboa, a qual constitui um imperativo de todos os que lutam por um Portugal Desenvolvido e Soberano, e para a qual devem confluir todos os descontentamentos, protestos e indignações contra a exploração, as desigualdades, o empobrecimento e a política que rouba aos trabalhadores e ao povo, ao mesmo tempo que empurra o país para o precipício.

NÃO à exploração, às desigualdades e ao empobrecimento!

Outra política é possível e necessária!

Lisboa, 28 de Janeiro de 2012